

A Praça XV do Rio de Janeiro como patrimônio cultural:

história e materialidade em disputa

XV de Novembro Square in Rio de
Janeiro as cultural heritage: history
and materiality in conflict

FLÁVIA BRITO DO NASCIMENTO

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de
São Paulo (USP) e professora da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da mesma instituição (FAUUSP)
flaviabn@usp.br

RESUMO: Este artigo tem por objetivo discutir a história urbana e as políticas de preservação na Praça XV do Rio de Janeiro. O artigo percorre e discute, com base em fontes documentais e entrevistas, a história urbana da Praça XV, focando-se na ação do patrimônio cultural, procurando compreender as relações entre preservação e transformação desde a década de 1930, chegando aos anos 1980, quando se atribui valor à praça, por seus valores de documento histórico e catalizador cultural. A Praça XV do Rio de Janeiro parece sistematizar, em seu percurso no século XX, a história das políticas de preservação no Brasil, indo da atribuição de valor aos monumentos isolados do período colonial, passando pela gestão do espaço feita com muitas concessões ao mercado imobiliário, que levaram a diversas mudanças na sua conformação física, e, finalmente, da mudança de paradigma com a preservação em nível municipal e posterior inventário e tombamento do conjunto urbano pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

PALAVRAS-CHAVE: Praça XV do Rio de Janeiro; patrimônio cultural urbano; história urbana.

ABSTRACT: The purpose of this article is to discuss urban history and preservation policies in XV Novembro Square, in Rio de Janeiro. Based on documentary sources and interviews, the article traces and discusses the urban history of XV de Novembro Square, with a specific focus on cultural heritage actions, and seeks to understand the relationship between preservation and transformation from the 1930s through the 1980s, when the Square was attributed value for its role as both a historical document and cultural catalyst. Over the course of the 20th century, XV de Novembro Square in Rio de Janeiro appears to define the history of preservation policies in Brazil, which began by placing value on isolated colonial-era monuments, moved towards a concept of land use management that made several concessions to the real estate market and led to several changes in the Square's physical setting, and ultimately underwent a paradigm shift with the management of preservation policies at the local level and the listing of the urban ensemble by the National Historic and Artistic Heritage Institute (Iphan).

KEYWORDS: XV de Novembro Square; urban cultural heritage; urban history.

Introdução¹

Em janeiro de 1981, o renomado designer brasileiro Aloísio Magalhães, na qualidade de Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), assumia a posse do edifício do antigo Paço Imperial do Rio de Janeiro. Em seu discurso, afirmava que havia chegado um novo momento para a Praça XV, local do antigo Paço Imperial, em que a cultura finalmente resgataria a praça e os seus edifícios do estado de abandono em que se encontravam nos últimos anos. Os usos culturais selariam novo destino à praça, enobrecendo suas práticas e seus usuários (ANGÉLICA, 1982).

Após várias hipóteses de ocupação, decidiu-se que o projeto de restauração do Paço Imperial retiraria do edifício o uso de Correios e Telégrafos a fim de abrigar um centro cultural, com exposições de arte contemporânea, cinema, cafés e biblioteca. O uso contemporâneo do edifício era exaltado como o propulsor do futuro da Praça, com novos usuários e usos. No começo dos anos 1980, o estabelecimento de centros culturais e museus como mote de recuperação de áreas supostamente degradadas era uma novidade no Brasil que se apresentava como muito promissora (NASCIMENTO E MELLO, 2018). E a Praça XV era também protagonista do processo, segundo Augusto Ivan de Freitas, coordenador do recém-criado projeto Corredor Cultural e funcionário da Prefeitura Municipal na Secretaria Municipal de Planejamento. A reportagem esclarece que

(...) a Praça 15 tem uma função importante dentro da perspectiva de trazer de volta ao Centro da cidade a animação cultural que ele perdeu. Embora esse tipo de animação nunca tenha sido um dos fortes da praça, Ivan acha que, além de reunir elementos significativos de testemunho histórico, ela é de grande valor estratégico pelo movimento de pessoas que congrega diariamente (ANGÉLICA, 1982).

Magalhães, presidente do Iphan entre 1979 e 1981, havia chegado ao patrimônio com intenções de renovação conceitual. Trata-se de um período de grande expansão prática e discursiva, ainda que com limitações de realização. A elaboração de novos discursos distantes do compromisso com a unidade nacional e suas representações via edificações e a organização em favor de outros protagonistas e de suas materializações foram profusas, indo da diversidade cultural e do patrimônio ambiental, às comunidades. Neste contexto, expandem-se as práticas de preservação, as possibilidades de va-

loração, os sujeitos e as instituições do patrimônio. Para citar alguns exemplos: Laguna é tombada no critério e metodologia da cidade-documento; Olinda é restaurada em experiência de participação da comunidade; terreiros de candomblé são inscritos no livro do tombo; os órgãos estaduais do Rio de Janeiro e de São Paulo, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) e Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), respectivamente, protegem bens culturais fora dos cânones coloniais e atendendo à demanda da população local como a Casa da Flor e a Casa Modernista (NASCIMENTO, 2016a).

O discurso de “refundar a Praça XV”, feito em 1981, fazia parte de um quadro mais geral em que o prenúncio do fim do período militar e a construção de memória em torno das resistências ao momento² inspiravam e moldavam as práticas e políticas de preservação do patrimônio cultural. A Praça XV do Rio de Janeiro parece sistematizar, em seu percurso no século XX, a história das políticas de preservação no Brasil, indo da atribuição de valor aos monumentos isolados do período colonial, passando pela gestão do espaço feita com muitas concessões ao mercado imobiliário, que levaram a diversas mudanças na sua conformação física, e, finalmente, da mudança de paradigma com a preservação em nível municipal e posterior inventário e tombamento do conjunto urbano pelo Iphan. A citação de Magalhães, em entrevista de 1982, resume o transcurso das mudanças e as mudanças pretendidas na década de 1980, sobre as quais se pretende problematizar ao longo do artigo.

No caso da Praça 15 tenho a impressão de que a dinâmica da cidade quase obstruiu a vivência das coisas históricas. Primeiro, foi o elevado, mas este era inevitável e continua sendo, porque os serviços que presta tem uma dimensão macro. Depois, a passarela de pedestres, que contradiz o elevado. Ela pode ter resolvido o problema da travessia para as pessoas, mas não resolveu nada conceitualmente. O chafariz de mestre Valentim ficou num canto, esmagado pelo que o cerca. A estátua de Dom João VI foi parar no extremo oposto. Além de todos aqueles terminais de ônibus. Acho que, durante largo período, foram deixados em segundo plano os aspectos que fariam a praça evoluir sem ferir o mais importante em sua configuração histórica. (ANGÉLICA, 1982)

Do Largo do Paço à Praça XV no século XX

A ocupação da Praça XV do Rio de Janeiro se deu no século XVI, com a descida dos habitantes do Morro do Castelo, onde se formou o núcleo inicial da cidade do Rio de Janeiro, após breve passagem por um sítio mais próximo da entrada da Baía de Guanabara, na Praia Vermelha. A expansão para a várzea ocupou, a partir da Rua Direita, a área mais seca entre os quatro morros da região (Castelo, Santo Antônio, Conceição e São Bento). A cidade cresceu com ruas paralelas e perpendiculares à Direita, atual Primeiro de Março, que segue a linha da beira mar, numa quadrícula conceitual, mais ou menos regular. Era uma forma de assentamento urbano frequente em cidades da América Portuguesa, em que a regularidade formal se expressava na repetição de elementos construtivos das edificações e na conformação das ruas e praças. Os ordenamentos da Coroa Portuguesa regiam a altura dos edifícios e relação das fachadas na sua composição de cheios e vazios. As ruas configuravam-se a partir das proporções e limites das casas.³

Originalmente chamado Largo do Carmo, a atual Praça XV, durante os séculos XVII e XVIII, abria-se junto à Igreja do Carmo e o convento contíguo. Estava localizada na Rua Direita, que se constituía paralela ao mar. As ruas direitas eram tradicionalmente as principais ruas das cidades na América Portuguesa, congregando importantes funções de comércio. O Largo transformou-se em lugar de referência no conjunto urbano colonial após a descoberta das Minas e a mudança da Capital da província para o Rio de Janeiro. A partir do século XVIII, tornou-se o principal porto do país, com localização estratégica para o escoamento de produtos da Coroa Portuguesa para o Atlântico. Com o crescimento da cidade e o aumento das funções portuárias, construiu-se, no Largo, o Edifício do Paço para servir de residência ao Vice-rei (COLCHETE FILHO, 2008).

No século XIX, a Praça foi um dos locais políticos mais importantes da cidade e do país. Em 1808, com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, os edifícios do Paço do Carmo, depois Paço Imperial, junto à Baía de Guanabara, passaram a abrigar a Família Real, e depois da independência (1822) Imperial, reformados e readaptados à nova condição de sede do poder, adquirindo centralidade na vida política e pública do Brasil. Os diversos edifícios da Praça foram sendo modificados ou transformados para moradia como o Convento do Carmo e o Paço. Estes abrigavam a função de sede de governo, moradia da nobreza e lugar de demonstração de poder. O conjunto urbano, retratado por inúmeros desenhistas e fotógrafos, configurou-se com

aspecto monumental, ligado aos símbolos retóricos e persuasivos, comuns às sedes de poder nas Américas.⁴

A chegada da Família Real e a abertura dos portos, em 1808, foram progressivamente alterando os padrões construtivos e os modos de morar na cidade. A expansão vertical e o incremento dos programas de uso das residências, aliados às mudanças de elementos da fachada foram os aspectos mais evidentes. Vidros, balcões de ferro e novas hierarquias dos vãos (com portas no térreo, janelas de balcão e de peitoril nos andares superiores) representavam as possibilidades materiais e formais para as casas (SANTOS, 2005). Mas a malha urbana colonial na área central, com suas ruas e lotes, permaneceu a mesma até a primeira década do século XX, momento das reformas de Pereira Passos. Nas imediações da Praça XV, próximo à Travessa do Comércio, havia um conjunto urbano significativo com tais características. Sobrados construídos no período colonial — que no Império abrigavam moradia e comércio e que, nas reformas de Pereira Passos, no começo do século XX, foram se transformando para adquirir feições ecléticas, com balcões de ferro e elementos decorativos nas argamassas — receberam clareiras para iluminação interna dos cômodos (ALCÂNTARA, 1984).

Embora, aos poucos, a família imperial tenha construído ou reformado para si diversos palácios no Rio de Janeiro e fora dele, o Paço Imperial tornou-se o local de representações políticas por excelência do período imperial. Basta dizer que o primeiro daguerreotipo do Brasil, em 1840, retrata esse edifício. Decisões e momentos políticos importantes se passaram nos salões do Paço e foram propagados por seus balcões para o Largo do Paço, tais como a abolição da escravidão e o fim do Império (FERREZ, 1984, p. 57 e p. 69).

Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, o Largo do Paço Imperial passou a se chamar Praça XV de Novembro, erradicando na toponímia os vestígios do período anterior. A mudança do nome simbolizava de modo quase didático o destino que se daria aos edifícios da Praça. E, com isso, o Paço tornou-se a sede dos Correios e Telégrafos do Brasil. Interessante observar o simbolismo do novo uso: responsável pela comunicação no Brasil e com o mundo, a nova função perpetuava a centralidade do edifício no território nacional. O edifício foi reformado com gosto eclético na primeira metade do século XX, recebendo adições e modificações que apagaram ou renovaram suas feições novecentistas (PAÇO, 2004).

As reformas dos edifícios monumentais do Largo representariam as transformações de ordem mais geral pelas quais a cidade do Rio de Janeiro

passaria no começo do século XX. O imaginário reformador que pairava sobre a cidade, desde meados do XIX, se consubstanciou nas drásticas cirurgias urbanas do início do século XX, rasgando ruas em meio ao tecido consolidado ao longo de séculos. Do desmonte do Morro do Castelo à abertura da Avenida Central, as reformas urbanas do começo do século XX mudaram o eixo de importância do Centro do Rio, retirando da Praça XV a centralidade como espaço de poder e demonstração pública (SISSON, 2008).

O contato da área central com o mar, que se fazia sobretudo por meio da Praça XV, foi sendo modificado com o fim do Império. Embora as funções de mercado existissem desde muito tempo, seus espaços passaram a abrigar outras funções de serviço, como entreposto de comércio de peixe, aeroporto, estação de barcas e estação de hidroaviões, que criavam outras dinâmicas urbanas para o local (ALCÂNTARA, 1984). No ambiente urbano mais próximo da Praça XV restavam diversas construções do período colonial que abrigavam funções de comércio no pavimento térreo e de moradia nos andares superiores, dispostas segundo os ordenamentos urbanos coloniais, com construções nas divisas dos lotes estreitos e profundos. Segundo Paula de Paoli (2013), embora a historiografia tenha vastamente afirmado que as reformas modernizadoras dos anos 1900 modificaram a cidade colonial, considerada suja e obsoleta, o que se verifica é a articulação de um discurso de envelhecimento da cidade para justificar as transformações urbanas.

O discurso do envelhecimento legitimou inúmeras transformações urbanas na área central do Rio ao longo do século XX. Alguns conjuntos urbanos homogêneos foram resistindo às mudanças por razões diversas. A conduta mais comum foi a demolição de porções da cidade construída e de sua fisicidade, como os Morros do Castelo e de Santo Antônio, sucedendo-se, no tempo, até a década de 1970, no período do projeto do Corredor Cultural. Com a perda das funções imperiais e de seus simbolismos, a Praça XV foi ocupada pelo comércio pesqueiro e de comerciantes locais. Destituída de seu papel de centro do poder na cidade, tornou-se objeto dos interesses imobiliários que foram sendo negociados pelo patrimônio cultural e pelo poder municipal.

Os edifícios da Praça XV como patrimônio: contradições da preservação, 1938-1960

A partir de 1937, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), hoje Iphan, este se tornou um novo agente nas trans-

formações do Centro do Rio de Janeiro. Se não serviu para barrar as drásticas mudanças urbanas e a verticalização, serviu como ente de negociação entre a permanência dos vestígios do Rio de Janeiro colonial e imperial e a transformação da cidade no século XX. Mas a preservação de alguns edifícios da Praça XV como monumentos nacionais pouco colaborou para a sua compreensão como núcleo urbano histórico do Rio de Janeiro. Os tombamentos, ao compreenderem cada um dos edifícios tombados de modo isolado, pouco contribuíram para a compreensão da praça como espaço urbano dotado de relevância histórica e cultural. Os edifícios foram protegidos por suas qualidades arquitetônicas, de modo individual.

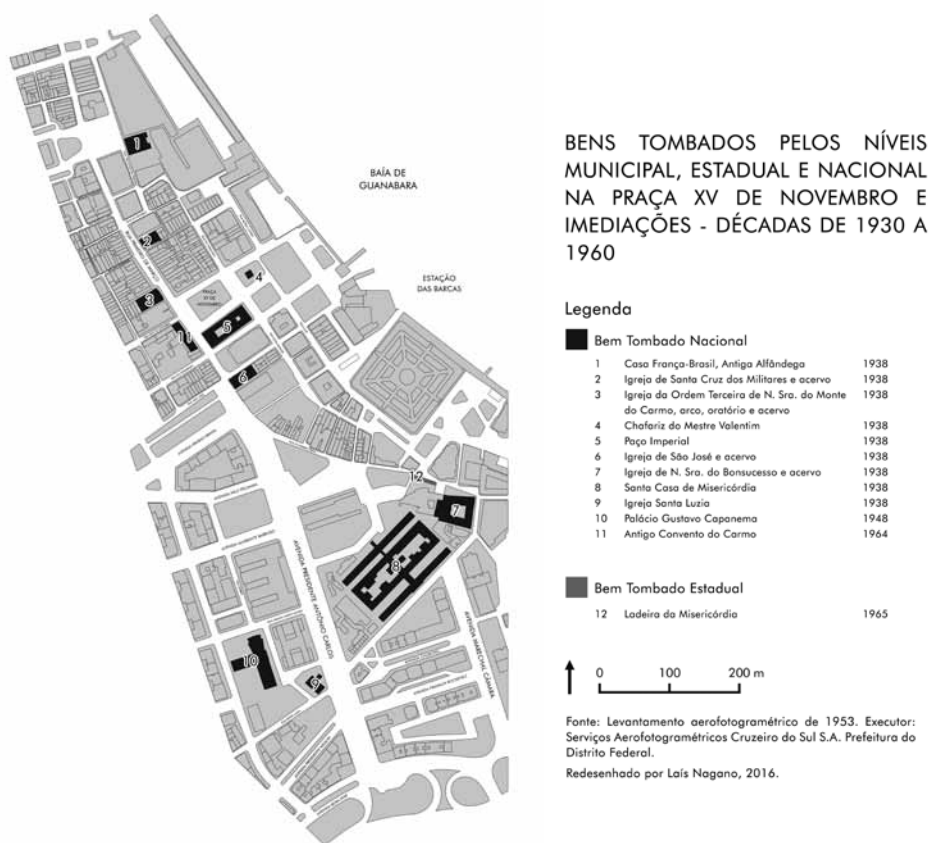


FIGURA 1: Bens culturais tombados pelo Iphan e pela Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico da Guanabara (DPHA), atual Inepac, na Praça XV, entre 1938 e 1965.

Fonte: Arquivo Central do Iphan e Arquivo do Inepac. Levantamento Aerofotogramétrico de 1953, redesenhado por Laís Nagano, 2016.

Os olhares do patrimônio estiveram sempre muito próximos da área central do Rio de Janeiro e diversos tombamentos foram realizados desde o começo da sua atuação, seguindo os princípios da excepcionalidade de bens oriundos do período colonial. Mas, os tombamentos foram de bens imóveis isolados, que não configuravam o que poderia se chamar de área urbana. Como diretriz geral de conduta da instituição, as proteções legais foram se realizando pontualmente e favorecendo aspectos de monumentalidade e excepcionalidade, evitando-se os grandes centros urbanos, também sob a justificativa de não gerarem empecilhos ao desenvolvimento econômico e urbano (SANT'ANNA, 1995). Apesar de a cidade contar com acervo histórico e artístico significativo, como eram os bens da Praça XV, ela foi preservada de modo distante da ideia de conjunto urbano.

Como se vê no mapa acima, nas imediações da praça, foram tombadas, em 1938, tão logo o serviço do patrimônio foi instituído, as igrejas coloniais de Santa Cruz dos Militares, da Ordem Terceira do Carmo, de São José, de Nossa Senhora do Bonsucesso e de Santa Luzia e os edifícios civis e monumentos do século XIX ligados à linguagem neoclássica — Antiga Alfândega, Santa Casa de Misericórdia e Chafariz do Mestre Valentim. Em 1964, o Antigo Convento do Carmo seria incluído na listagem. Estes tombamentos garantiram a proteção dos edifícios individualmente e de bens imediatamente no seu entorno, dos quais o Iphan analisava os processos de intervenção. Com a criação da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico da Guanabara, a Ladeira da Misericórdia passou a fazer parte da listagem como local de testemunho da fundação da cidade.

De 1938, data das primeiras proteções legais, até 1981, quando o Iphan assumiu a responsabilidade pelo edifício do Paço Imperial, muitas transformações ocorreram no ambiente da praça que colocaram à prova sua capacidade de resistência como artefato cultural. Como já foi dito, a função simbólica de espaço de poder foi se perdendo desde o final do século XIX, tendendo para usos de serviços e comércios.

Até o começo da década de 1950, a praça estava, ainda, íntegra na sua materialidade. Embora alterados nas suas funções e feições, os edifícios monumentais permaneciam no local, como o Convento do Carmo, o Antigo Paço e o Correio. À exceção de dois edifícios mais altos, de cerca de 12 andares, construídos na Praça com a Avenida Primeiro de Março, seu ambiente restava como no final do século XIX. O desmonte do Morro do Castelo nas suas imediações, fora realizado na década de 1920, criando um novo fluxo de circulação e a verticalização do centro apontava para as pretensões de centro

comercial e de negócios para a área, o que já estava consolidado pela lei de zoneamento de 1937.

Seja pela legislação, seja pelo mercado imobiliário, a pressão por transformação na praça era evidente nos anos 1930 e 1940, como de resto será na área central da cidade. Os projetos de alinhamento — projetos urbanos que são realizados desde a gestão de Pereira Passos para aprovação de intervenções e loteamentos (PAA e PAL)⁵ — demonstram claramente esta opção pela demolição e transformação da área. Para a Praça XV, o primeiro projeto deste tipo que pudemos localizar é datado de 1938, em que as construções do entorno, especificamente os sobrados entre a Rua Primeiro de Março e a Rua do Mercado seriam inteiramente demolidos para dar lugar a novos lotes maiores e, conseqüentemente, edifícios altos. O projeto de alinhamento de 1938 é, portanto, anterior ao tombamento feito pelo Iphan das igrejas das imediações.

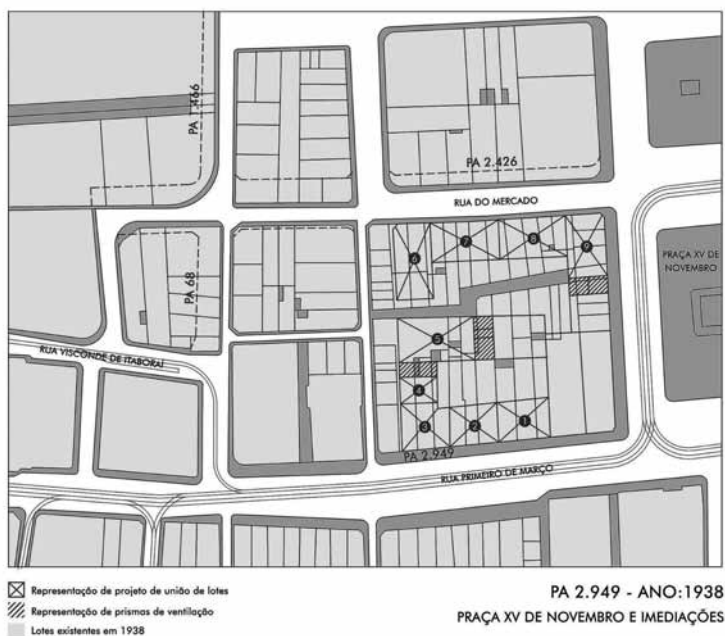


FIGURA 2: **Projetos de Alinhamento de 1938, de 1947 e de 1976 para a região da Praça XV**
Fonte: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, PA n. 2949 e Modificação, PA n. 33.475, redesenhado por Laís Nagano, 2016

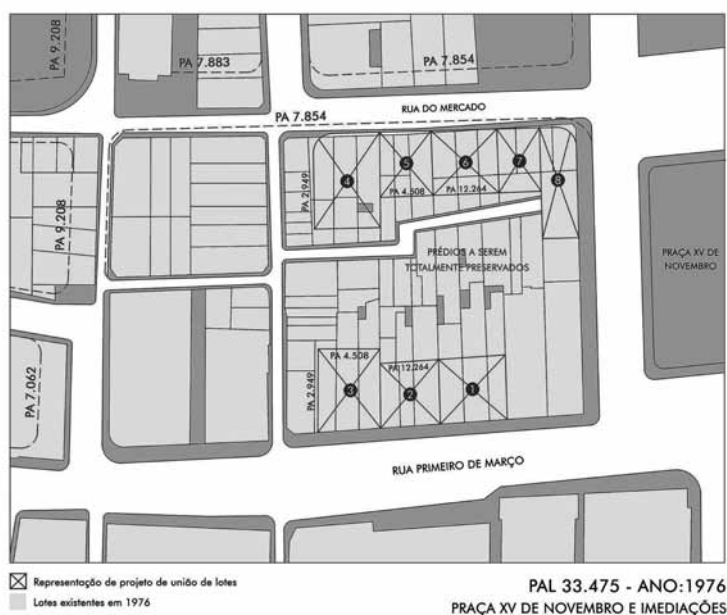
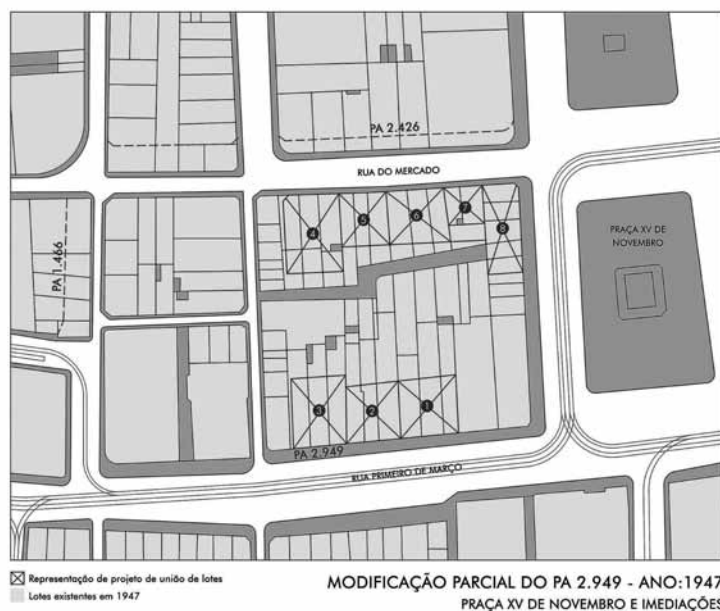


FIGURA 2: **Projetos de Alinhamento de 1938, de 1947 e de 1976 para a região da Praça XV**
 Fonte: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, PA n. 2949 e Modificação, PA n. 33.475, redesenhado por Laís Nagano, 2016

O plano de alinhamento de 1938 foi feito logo depois da promulgação do código de obras de 1937 (Decreto número 6.000), que dividia o Centro em duas zonas comerciais: ZC-1 (na subzona Esplanada do Castelo e em toda linha que partia do litoral, as edificações deveriam possuir no mínimo seis pavimentos ou 21 metros de altura e, em logradouros com até 10 metros de largura deveriam ter entre quatro e seis pavimentos) e áreas circundantes à Esplanada (gabarito da ZC-1, com gabarito das torres não excedendo 100 metros e gabarito de transição não excedendo 60 metros). Havia, neste momento, uma clara opção pela verticalização da área da central. Os projetos urbanos para a região da Praça XV o demonstram.

Em 1947, já com a realidade dos tombamentos do Iphan nas imediações, um novo projeto de alinhamento foi aprovado, em que se limitava o remembramento de lotes e verticalização nas imediações. O projeto é evidência das tensões entre preservação da cidade e sua renovação que marcaram as políticas urbanas, no centro do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XX. O parecer de Lucio Costa, feito em 10/09/1947, dá conta disto:

Sou do parecer que se deve impedir qualquer construção sobre os prédios tombados, solicitando-se da prefeitura o reloteamento daquela área, de acordo com os interessados, afim de tornar possível, oportunamente, a restauração das fachadas setecentistas dos referidos imóveis sem o risco de vê-los afogados pela nova construção (Apud PESSÔA, 1999, p. 66).

No projeto de alinhamento da prefeitura, em 1947, os bens culturais tombados seriam salvos como pequenos testemunhos em meio a edifícios de até 12 pavimentos, gerados pelo remembramento dos lotes coloniais. O projeto de 1947 só mantinha as igrejas tombadas da cidade antiga. Os lotes voltados para a Rua Primeiro de Março e Mercado seriam lembrados, de três em três, para dar lugar a novos edifícios altos. Os pequenos edifícios da Travessa do Comércio seriam demolidos para a construção de uma praça nos fundos dos lotes. O edifício do Arco do Teles, importante exemplar da arquitetura colonial carioca, tombado pelo Iphan, seria também demolido para a construção de novo edifício. A região de formação urbana mais precíua da cidade, de valor histórico central no século XIX, seria, portanto, modificada inteiramente. A mudança, no entanto, não se viabilizou pelo custo e dificuldade de negociação dos lotes ou demolição das casas antigas.

A comparação entre o mapa cadastral de 1953 e de 1975 com as informações sobre as demolições e mudanças urbanas na região traz importantes

conclusões. Pode-se verificar que, na região da Praça até o Aeroporto Santos Dumont, ainda permaneciam vestígios importantes da cidade colonial e do século XIX, como o mercado central e construções coloniais remanescentes do sopé do Morro do Castelo, mesmo que já se possa verificar as primeiras verticalizações e aberturas de vias.



FIGURA 3: Mapas da verticalização na região da Praça XV em 1953 e 1975

Fonte: Levantamento aerofotogramétrico de 1953 (Prefeitura do Distrito Federal e Planta Cadastral de 1975), elaborado por Laís Nagano, 2016

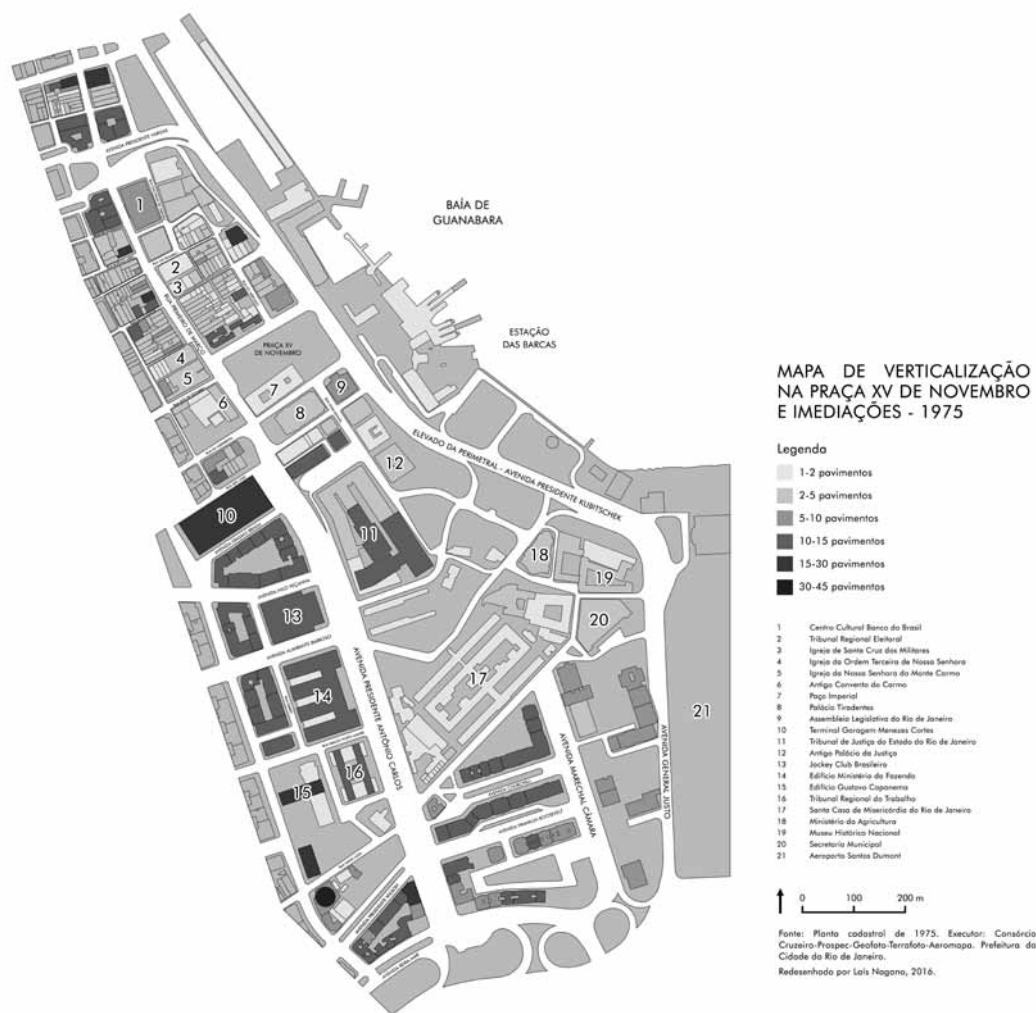
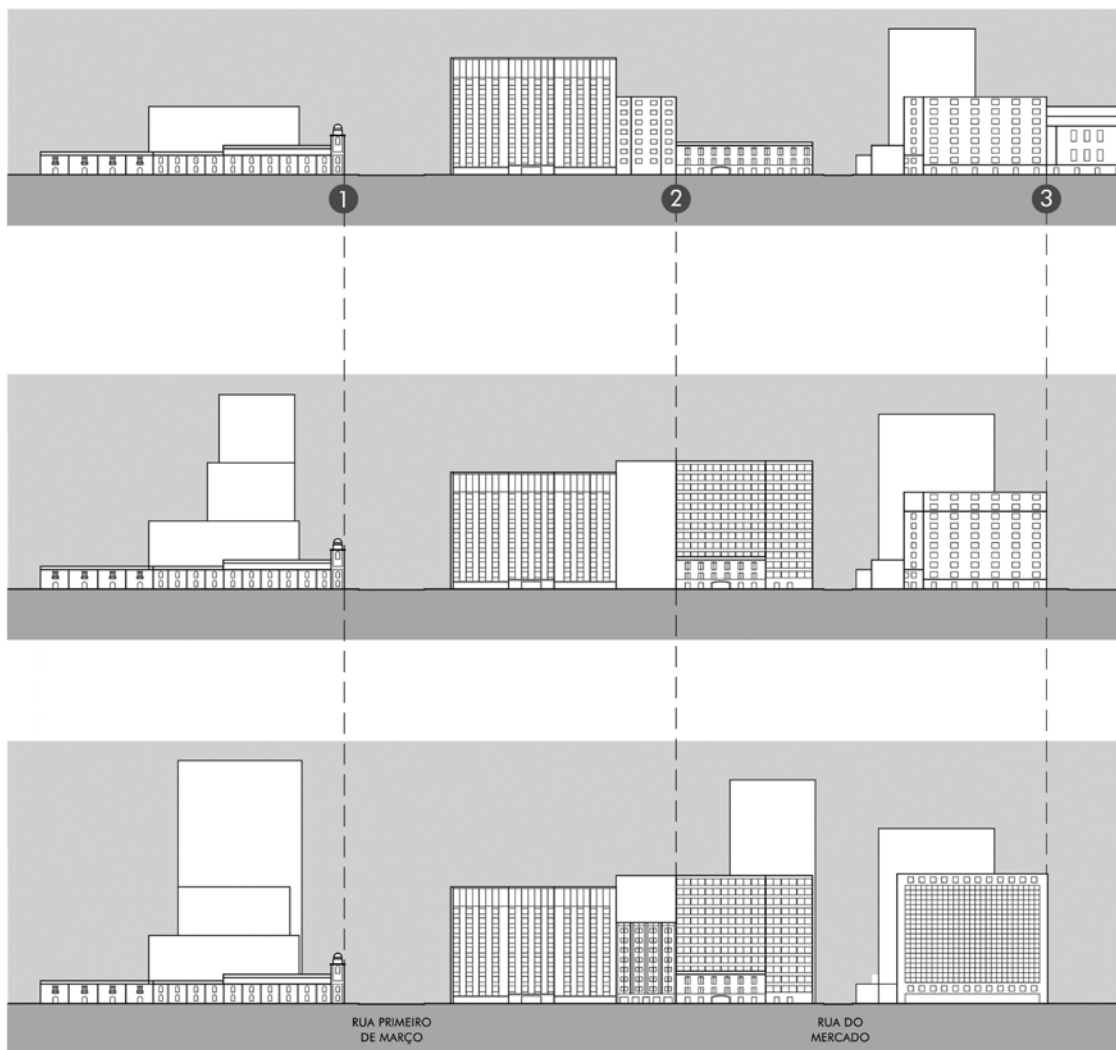


FIGURA 3: Mapas da verticalização na região da Praça XV em 1953 e 1975

Fonte: Levantamento aerofotogramétrico de 1953 (Prefeitura do Distrito Federal e Planta Cadastral de 1975), elaborado por Laís Nagano, 2016

A demanda por verticalização e pressão imobiliária sobre a Praça vinha da década de 1930, mas a construção da Avenida Perimetral rompendo com a sua relação histórica com o mar foi o golpe mais duro. Ciente da construção do elevado, o Iphan envidou esforços para salvar outras obras na região que seriam afetadas pelo viaduto, como a obra modernista da Estação de Hidroaviões, contribuindo inclusive para mudar seu traçado (NASCIMENTO, 2016). Mas, para a Praça, o olhar foi pouco alterado e o elevado foi construído impactando de modo severo seu ambiente urbano.

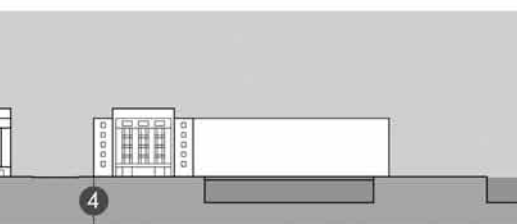
Ao mesmo tempo em que se constrói o viaduto da Perimetral, em 1961, ocorre a transformação mais significativa nos edifícios da praça. O edifício do Arco do Teles, embora poupado da demolição prevista anteriormente, sofreu uma intervenção que mudou drasticamente sua feição. O interesse do proprietário, Raimundo de Castro Maia, um importante industrial e colecionador de obras de arte, dono do imóvel, baseado no Projeto de 1947, solicitou uma solução que lhe garantisse maior “aproveitamento” do imóvel (Processo Iphan 0099-T-38). Com isso, o patrimônio da negociação entrou em cena. A solução encontrada foi manter o edifício antigo e construir sobre ele um edifício envidraçado, nos seus fundos. O arquiteto para o projeto foi Francisco Bolonha, ligado ao movimento moderno carioca. A fachada e parte do telhado colonial foram mantidos. O edifício novo, nos fundos do lote, rompia a espacialidade da trama urbana colonial, uma vez que, construído sobre os arcos, alterava o gabarito, sendo particularmente visível da Traversa do Comércio, para a qual se voltavam os fundos do edifício.



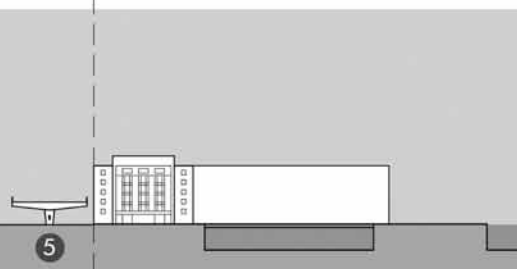
- 1 Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora
- 2 Arco do Teles e casas (mudança na edificação)
- 3 Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (mudança na edificação)
- 4 Tribunal de Justiça Centro Administrativo
- 5 Elevado da Perimetral

FIGURA 4: **Vistas da Praça XV e sua verticalização**

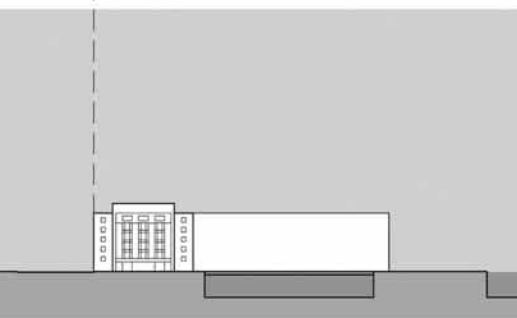
Fonte: Elaborado por Laís Nagano, 2016



1953

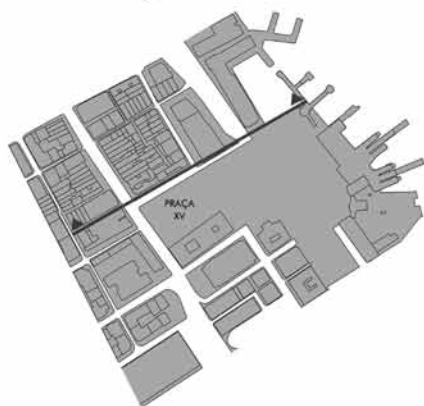
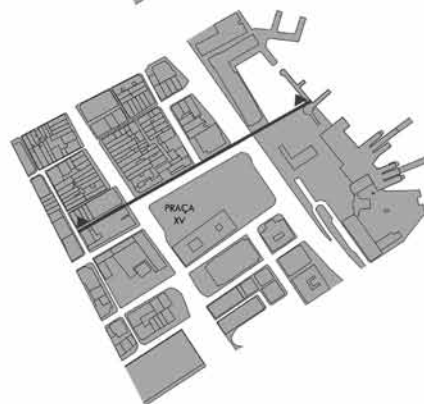
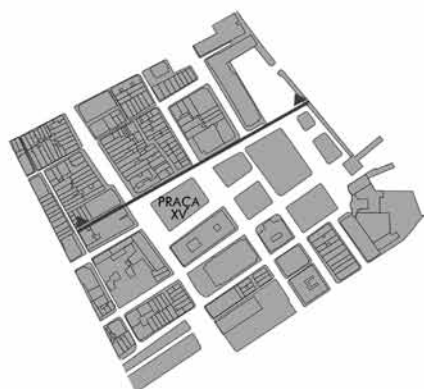


1975



2016

0 10 25 50 m



↑ 0 100 200 m

Desenhado por Laís Nagano, 2016.

A pressão por aproveitamento econômico do edifício por parte do proprietário fica clara em parecer de Lucio Costa, de 1953, em que o arquiteto, contrariamente ao parecer de José de Souza Reis de negativa do edifício de oito andares por sobre os Arcos, aprova a nova construção. Costa afirma que a proteção legal tinha como objetivo apenas o Arco e não o edifício todo, o que contradiz a sua própria informação de 1947, acima citada. Informa, ainda, que sempre houve a intenção de aproveitamento da área (sem mencionar o edifício colonial), dando diretrizes para o edifício novo, como a manutenção da água do telhado, o recuo de quatro metros da fachada colonial até o edifício novo, além de outras quanto ao restauro da fachada colonial. E, a partir disso, é aprovado o edifício construído sobre o importante remanescente da arquitetura colonial do Rio de Janeiro. A solução encontrada no Arco do Telles para acomodar os interesses dos proprietários no centro do Rio foi praticada em outras situações pelo Iphan nessa mesma localidade, com resultados igualmente impactantes para a preexistência do edifício tombado, como na casa localizada na Rua Mayrink Veiga, n. 9, e no Convento do Carmo, também na Praça XV (PESSÔA, 1999, pp.137-138 e pp. 264-269).

O Convento do Carmo, importante edificação da Praça que havia servido de residência para a Família Imperial, foi vendido ao Banco do Brasil para a construção de uma nova sede, prevendo-se a sua demolição. O edifício não fazia parte do conjunto de bens tombados pelo Iphan, em 1938, na região, sob a justificativa de que estava muito desfigurado pelas obras do começo século XX que lhe deram feições ecléticas. A mobilização de intelectuais levou ao pedido de tombamento, com a alegação de que havia ainda vestígios do século XVIII no Convento. A proteção legal do edifício foi feita a partir da condição de que o proprietário, um banco público nacional, poderia construir um edifício novo nos fundos do terreno. Alguns anos depois, o Banco do Brasil desistiu do negócio e vendeu o prédio para o grupo Cândido Mendes, que manteve a intenção de fazer uma nova construção para ser utilizada pela universidade e como centro comercial. Após novas e intensas negociações, aprovou-se uma torre de 42 andares, a mais alta do centro da cidade do Rio de Janeiro, rompendo com o gabarito da área. Em troca, o proprietário voltaria o edifício do convento às feições «originais» do período colonial, o que, do ponto de vista das teorias da restauração já neste período, era bastante controvertido (IPHAN, Processo 0689-T-62, 1962).

Mais uma vez, o parecer de Lucio Costa, chefe da Divisão de Estudos e Tombamentos do Iphan, aprova a decisão. O parecer aponta para a realidade transformada da praça e para a necessidade de superação da melancolia de

um passado que mudou. Encerra com a citação de trecho do poema de Camões “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”. E, com isso, a torre envidraçada de 42 pavimentos foi construída como sinal dos novos tempos, da arquitetura do estilo internacional, cujos arranha-céus chegavam ao Rio de Janeiro com o projeto do arquiteto Harry Cole.

Segue o trecho do parecer de Costa:

(...) este nosso empenho de reencontrar a praça perdida também se afigura algo melancólico. Envolvida pelo vulto das edificações circunvizinhas, fora de escala, afastada do mar, ela se apresentará amesquinhada e contrafeita, e o confronto dos remanescentes autênticos — avivados e recompostos —, com a figura idealizada, mas verdadeira, que se gravou de modo indelével na nossa memória, graças ao fiel registro das gravuras e pinturas da época, talvez nos desencante. ‘Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades; muda-se o ser, muda-se a confiança; todo o mundo é composto de mudança, ao sabor das novas realidades’ (Apud PESSÔA, 1999, p. 189).

O parecer de Costa era contrário ao do conselheiro e professor Paulo Santos que, por ocasião do tombamento do Convento do Carmo, ainda de propriedade do Banco do Brasil, indicava aprovação de construção no terreno do antigo edifício, desde que obedecesse ao gabarito da legislação municipal de 12 andares. A construção do edifício, no final dos anos 1970, não passou incólume e causou protestos da sociedade civil, cujos caminhos se abriam, pouco a pouco, diante da dissensão do regime militar (1964-1985). O Clube de Engenharia e o Instituto de Arquitetos do Brasil protestaram contra a construção do edifício, fazendo um apelo ao presidente Ernesto Geisel para que intercedesse no caso. A reportagem do Estado de São Paulo, de janeiro de 1977, intitulada “Apelo a Geisel contra espigões”, noticiava o fato e denunciava a posição de Lucio Costa:

Ao acolher, com incontido entusiasmo, as pretensões imobiliárias do professor Cândido Mendes, Lucio Costa permitiu que a sombra de um edifício começasse a ser projetada, silenciosamente, sobre os telhados da Praça XV. Ao estimular a construção de um prédio de uma altura fantástica — muito acima do bom senso — Lucio Costa deu uma interpretação fraudulenta ao parecer do relator do processo de tombamento que, ao permitir, em 1963, a edificação nos fundos do convento, fazia uma concessão especial ao Banco do Brasil (MEIRELES, 1977).

Os apelos das entidades profissionais não surtiram efeito e o edifício, construído no final da década de 1970, foi um dos marcos de novas condutas em relação à preexistência na área central do Rio, cujas possibilidades de preservação ambiental foram assinaladas pelo Plano Urbanístico Básico do Rio de Janeiro, o PUB-Rio, em 1978 (NASCIMENTO, 2017).

A Praça XV chega ao final da década de 1970 muito diferente do que havia entrado na década de 1950. As mudanças físicas perpetradas pela construção do viaduto da Avenida Perimetral, os edifícios construídos sobre o Arco do Telles e a torre de 42 andares no Convento do Carmo pareciam selar um destino, em que a preservação era meramente de uma ideia de história da cidade, em que a materialidade do conjunto importava como vestígio idealizado da arquitetura colonial.

A bibliografia sobre as políticas de preservação no centro do Rio de Janeiro reforça que a tônica dos projetos urbanos na cidade do Rio de Janeiro, neste período, seria a da conciliação entre renovação e preservação (MÉSENTIER, 1992). Não se demoliu completamente a cidade antiga diante da força das edificações históricas em se manter em pé. Até o final da década de 1970, as políticas de preservação do patrimônio histórico, no Brasil, pouco haviam contribuído para a preservação da cidade do Rio, na medida em que ela pouco havia interessado como objeto discursivo de identidade nacional. O mapa de 1973 na cidade, mostrado anteriormente, indica as mudanças que se impunham à região com a construção do Elevado da Perimetral, que rompeu a ligação do centro com o mar. Percebe-se, na comparação entre 1953 e 1975, que a cidade colonial ia se perdendo. Ao que parece, a maior transformação na área central, em termos de demolições, ocorreu entre 1950 e 1975 e o boom de novas construções, sobretudo edifícios altos, na década de 1970. Mas, no final dos anos 1970, o cenário se modifica e a preservação da cidade “antiga” aparece com mais força nos discursos sobre o Rio. A Praça XV será, então, entendida como um conjunto urbano íntegro e não um somatório de edificações isoladas, como havia feito o Iphan até aqui. As mudanças de paradigmas do patrimônio que vêm desde os anos 1960, chegam com vigor ao campo de debates brasileiros na década de 1970, e o patrimônio cotidiano, urbano e não monumental terá vez no Brasil, mobilizado, também, por novos atores que entraram em cena para preservar o patrimônio, notadamente, a esfera municipal.

Anos 1980, a Praça XV como patrimônio urbano: novos agentes, novas práticas

Com a redemocratização, na década de 1980, o discurso da cidade do futuro como centro de negócios daria lugar à cidade que fincava raízes no passado. O processo de saída da ditadura militar daria novo status ao Rio de Janeiro. A valorização da área central por meio do importante e inovador projeto de preservação da cidade teve início pelo Decreto da Praça XV e foi amadurecendo até consubstanciar-se no projeto chamado Corredor Cultural. A redemocratização política havia trazido para o cerne dos debates o legado da chamada “modernização conservadora autoritária” que o regime militar havia promovido nas décadas de 1960 e 1970. A constatação das dificuldades e limites impostos às cidades diante do processo de urbanização acelerada do período militar atingia em cheio as políticas de preservação do patrimônio cultural. A luta por direitos políticos perpassava a luta por direitos à cidade, à memória e à preservação.

A existência do plano diretor de 1977 (o PUB-Rio) com as condições de interesse de preservação do centro, a continuada pressão imobiliária na região e o interesse político dos prefeitos Marcos Tamoyo e Israel Klabin em limitar, em determinados pontos, a especulação imobiliária, abriram o caminho para uma nova fase da área central do Rio de Janeiro. Em 1978 e 1979, três decretos municipais limitaram a verticalização do centro, protegendo, sucessivamente, diversos lugares: a região dos Morros da Providência e Conceição, a Cinelândia, a Rua da Carioca e, finalmente, a Praça XV, por meio do Decreto n. 2216 de 20/06/1979. Os decretos de preservação valoravam múltiplos aspectos das características da cidade, para além da arquitetura nos seus aspectos estéticos ou estilísticos: preservação ambiental, manutenção do comércio tradicional, usos culturais e arquitetura, todos devidamente fundamentados pelos conceitos indicados no plano diretor de ambiente urbano (MACEDO, 2004; MESENTIER, 1992).

É fundamental, neste momento, compreender que os decretos de preservação promulgados pelo prefeito eram viabilizados pelas determinações do Plano Urbanístico, mas faziam parte de uma discussão mais ampla em favor da preservação do centro e que envolveram o Iphan. Agente fundamental nas negociações do patrimônio, o Iphan estava, neste período, iniciando estudos para a regulamentação da área de entorno dos bens tombados na região da Praça XV. A pressão imobiliária no final da década de 1970, na área, só aumentou e incêndios começaram a atingir alguns dos sobrados do

entorno imediato. Alarmado pela possibilidade de perda de todo o conjunto da Praça, não completamente protegido por lei, o Iphan iniciou um estudo sobre o entorno das igrejas tombadas. A ação emergencial de salvamento do sobrado incendiado feita por Theodoro Joels, arquiteto da 5ª DR do Iphan, mostrava a responsabilidade do Instituto com a área e o novo cenário em que a especulação imobiliária se impunha (Informação n.36/79, Série Inventário, Rio de Janeiro, I.RJ-037.03). Segundo Lia Motta (2015), autora do primeiro estudo do Iphan na região da Praça XV, este momento de grande pressão imobiliária levou ao contato do presidente do Instituto, Aloísio Magalhães, com o prefeito Israel Klabin, que sancionou o decreto de proteção legal legitimado pelo Plano Diretor de 1977, que impedia a construção de edifícios altos na área. Os sobrados da Travessa do Comércio, na Praça XV, ficavam inteiramente protegidos, não se podendo demolir nenhum edifício ou construir nada que fosse mais alto que quatro metros, respeitando-se a ambiência dos sobrados.

A sua anuência ao projeto do Corredor Cultural é citada como um passo importante para o mesmo, o que, como revela o depoimento de Lia Motta, era esperado desde seus primeiros passos. O telegrama do prefeito Klabin a Aloísio Magalhães é revelador da legitimação do projeto:

Agradeço prezado amigo seu amável telex de hoje. Não posso também deixar de felicita-lo pela sua colaboração pessoal na conceituação do projeto que redundará (sic) na conservação de nosso patrimônio histórico, arquitetônico e cultura (KLABIN, 1979, Telex 2121170 MMECBR, Iphan Série Inventário, I.RJ.0794.03).

Neste momento, a prefeitura do Rio de Janeiro, amparada pelo Plano Diretor de 1978, promulga uma lei inédita de preservação do Rio. Por meio de um decreto, a Praça XV ficava inteiramente protegida, não se podendo demolir nenhum edifício ou construir nada que fosse mais alto que quatro pavimentos, respeitando-se a ambiência dos sobrados. Mudam-se os atores do patrimônio no Rio, ficando explícitas a atuação ambígua do patrimônio nacional na Praça XV, em que o tratamento às preexistências levou, pouco a pouco, à mutilação e transformação, ainda que sob o discurso da preservação conciliadora.

Mas, o estudo elaborado por Lia Motta indicava novo papel para o Iphan na praça, em que ainda havia espaço para sua atuação, talvez agora desnecessária com a atuação da esfera municipal. A entrada do município no

campo da preservação era novidade e gerou hesitações no patrimônio nacional: a preservação estava garantida com os instrumentos urbanísticos? O Iphan solicita a sua assessoria jurídica esclarecimentos sobre o decreto municipal, que conclui pela constitucionalidade do mesmo (Parecer n. 21/79 – AJ/IPHAN, Série Inventário, Rio de Janeiro, I.RJ-037.03). O estudo elaborado por Lia Motta, demandado pela questão do entorno da praça, mostrava, no mínimo, a preocupação com novos parâmetros e possibilidades de atuação do Iphan, na chave do ambiente urbano e ainda não do documento, o que viria um pouco depois. A arquiteta, recém-formada e aluna do Curso de Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos, realizado em 1978, em Belo Horizonte (NASCIMENTO, 2016), encerra o parecer de vistoria indicando pela “extensão do tombamento dos monumentos situados na região às fachadas de interesse pelo seu valor ambiental”, propondo o “tombamento urbanístico paisagístico da área” (MEC/IPHAN Informação n. 17, 23/01/1979; Informação n. 4, 08/01/1980, Série Inventário, Rio de Janeiro, I.RJ-037.03).

Augusto da Silva Telles, diretor da Divisão de Conservação e Restauração do Iphan, conclui, a partir do estudo de Lia Motta, pelo interesse especial de diversos edifícios de arquitetura civil na região. Embora a área estivesse “de certa forma preservada” pelo Corredor Cultural, afirmava que, pela legislação existente, “não ficam impedidas as demolições ou descaracterizações dos imóveis, o que só poderá ser garantido por alguma forma de tombamento”. Mas, o interesse da área era local/estadual e o tombamento não deveria ser realizado pelo Iphan, e sim pelo órgão estadual (MEC/SPHAN, Info n. 53/ 31/03/1980, Série Inventário, I.RJ-037.03). Talvez porque o Iphan se aproximava cada vez mais da Praça — também pelo projeto de restauração do Paço — o estudo teve andamento no Instituto e levou longos anos para ser finalizado, ocorrendo somente no final dos anos 1980. Antes disso, entretanto, realizou ações que mostravam seu compromisso com a praça, a partir de então, e, ao mesmo, posturas frente ao patrimônio urbano, menos homogeneizadoras e, talvez, mais conscientes do grande impacto dos edifícios altos do Arco do Telles e da Cândido Mendes (MENDES, 2012).

A primeira delas é o inventário coordenado por Dora Alcântara, diretora da Divisão de Estudos de Tombamento, elaborado com a colaboração de alunos de Arquitetura da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Eles elaboraram um estudo minucioso da área, detalhando os aspectos arquitetônicos, mas também os usos e ocupações dos edifícios, procurando conhecer em detalhes os habitantes e trabalhadores que frequentavam a região. A outra, já iniciada, foi a obra de restauração do Paço Imperial, que buscou

restituir-lhe as supostas feições originais (MEC SEC Cultura, s/d). Realizada por Glauco Campello, arquiteto e coordenador da regional do Iphan, no Rio de Janeiro, a restauração do Paço foi feita a partir de especulações sobre a materialidade colonial do edifício, em que se retirou, pouco a pouco, os vestígios de sua passagem pelo século XIX e as reformas neocoloniais do século XX (COSTA, 2015, p. 246–250). Se uma ação de restauro indicava práticas e teorias que, no campo disciplinar, estavam já sendo muito criticadas, a outra, do inventário considerando a historicidade do conjunto urbano e os sujeitos sociais, apontava, talvez, para o alinhamento com as proposições do patrimônio cultural postas em movimento desde a Carta de Veneza, em 1964.

A edição número 20 da Revista do Iphan, publicada em 1984, trouxe amplo dossiê com diversos artigos sobre a praça, seus edifícios e os trabalhos que a instituição vinha desenvolvendo na área. A revista evidenciava o esforço institucional para explicitar o papel do IPHAN na região, neste novo momento, no contexto da redemocratização. Como indicou Eduardo Costa (2015, pp. 306–307), o ensaio de João Antônio — «Praça XV, Ai!» — é perpassado pela nostalgia da praça perdida. Por outro lado, as fotografias de Pedro Lobo mostram o vigor da ocupação cotidiana da região, com jogo do bicho, comércio locais, pessoas circulando, um registro de sua ocupação urbana.

Se, de um lado, a restauração do que se entendeu como o monumento Paço Imperial — feita reiterando os compromissos com a construção de uma imagem homogênea da arquitetura nacional, fincada no período colonial — não trazia novidades no que se refere à conduta institucional quanto à restauração (CHUVA, 2012), por outro, o estudo e o posterior tombamento de todo o conjunto urbano, apontavam para a busca de renovação conceitual da instituição, tensionada, ao que parece, também pela atuação de novos agentes no campo do patrimônio, como o município e seu celebrado projeto Corredor Cultural. Para Adriana Mendes, em dissertação sobre a Praça XV (2012, pp. 168–174), a parceria entre a Prefeitura Municipal e o Iphan, que decorria do estudo “Praça XV e imediações” e da “Comissão de Estudos da Praça XV” — instituída por Aloísio Magalhães para estudar o polêmico e extenso debate sobre a construção da sede da Bolsa de Valores, junto à Rua do Mercado, e a talvez derradeira tentativa de verticalização na Praça — não frutificou. E o Iphan, mais uma vez, recorreu à prática do tombamento.

A opção do Iphan pelo tombamento de diversas edificações do conjunto da Praça XV, no final da década de 1980, constituiu-se, entretanto, de motivações diferentes daquelas mobilizadas para a preservação de edifícios

pontuais e monumentais feitas pelo Iphan em 1938. O olhar voltava-se para o conjunto edificado como documento, tal como afirma a arquiteta Jurema Arnaut em parecer que encaminha o tombamento, alinhada aos parâmetros conceituais estabelecidos desde o processo de tombamento de Laguna, a cidade-documento:

Há longo tempo tem havido manifestações, especializadas ou não, quanto ao interesse cultural dessa área que também para nós é um documento histórico, significativamente expresso através de sua linguagem arquitetônico-urbanística. Um documento suficientemente denso, como testemunho material da dinâmica de construção e consolidação da cidade do Rio de Janeiro, para ser considerado patrimônio nacional (IPHAN, Processo 1213-T-86, p. 14).

A fim de concluir, percebemos que o patrimônio cultural não passou ao largo da Praça XV ao longo do século XX. Mas, a concordância do patrimônio histórico com intervenções em edifícios da Praça XV demonstra que foram perpetuados às gerações futuras com muitas concessões às demandas do tempo presente. O arranha-céu envidraçado de 42 pavimentos, construído no terreiro do Convento do Carmo, e o edifício sobre o Arco do Teles, um dos remanescentes do século XVII na cidade, demonstram as ambiguidades da preservação que se pretendia conciliadora. Mas, como “mudam-se os tempos”, a partir dos anos 1980, a praça foi entendida como uma centralidade histórica do Rio de Janeiro e, por ação primeira da municipalidade, que consolidaria algum tempo depois o projeto Corredor Cultural, e, seguida pelo Iphan, a praça entrou na década de 1990 protegida por lei em duas instâncias de governo.

Nos anos 1990, o cenário da preservação, local e internacionalmente, se transformou. As elaborações do patrimônio enquanto documento desenvolvidas durante toda a década de 1980, pelos diversos órgãos de preservação no Brasil, foram obscurecidas. As intervenções em centros históricos como Salvador e Rio de Janeiro (em particular na Praça XV) visaram o consumo visual, envolvendo seu enobrecimento e seu uso como produto. Muitas vezes, a apropriação cenográfica dos espaços urbanos desconsiderou as práticas de preservação calcadas na historiografia da cultura (MOTTA, 2000).

A requalificação de áreas centrais, frentes marítimas ou fluviais, voltadas para a promoção do turismo e lazer cultural despontaram nos anos 1990 como estratégia crucial da gestão urbana contemporânea. Tornaram-

-se comuns reconstituições históricas ou fantasiosas visando apresentar o monumento como um espetáculo, ou seja, animá-lo culturalmente. No contexto da competitividade global dos arranjos produtivos da metrópole com a emergência das atividades terciárias, é preciso mostrar singularidade e produzir uma identidade que muitas vezes se dá pela cultura, como mostrou Sharon Zukin (2000), no mais das vezes, a partir de critérios bastante seletivos do plano da cultura. No receituário para o atendimento à condição competitiva, predominaram recomendações de investimentos em sistemas de informação e comunicação, modernização da infraestrutura, grandes operações urbanísticas, fortalecimento do setor de serviços, que ajudariam a promover a reconversão de áreas urbanas “degradadas” inseridas nos novos fluxos do mercado mundial (SANT’ANNA, 2004).

No Rio de Janeiro, a elaboração do Plano Diretor Estratégico, em 1992, e a vinda de consultores catalães, como Oriol Bohigas, trouxeram novos temas para a área central. O Projeto Frente Marítima previa a requalificação da região voltada para a Baía de Guanabara junto ao centro do Rio, com a possibilidade de empreendimentos culturais como o Museu Guggenheim, na região do Pier da Praça Mauá. A Praça XV de Novembro recebeu obras de transformação e intervenções urbanas bastante significativas, como a construção de uma via subterrânea para desafogar o tráfego e novo calçamento. Segundo Lia Motta, buscaram-se alterações que inserissem a Praça num modelo dito globalizado de animação cultural via intervenções urbanas, com o prejuízo de testemunhos históricos importantes, como o piso da Praça da época da intervenção de Pereira Passos e a intenção, não realizada, de demolição do Edifício da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), sob o argumento de desobstrução da vista do local (MOTTA, 2000).

Apesar das muitas mudanças, edificações históricas, forma urbana e áreas livres da região da Praça XV permaneceram, seja por força de planejamento urbano (notadamente do Corredor Cultural), seja por ação das políticas de preservação do Iphan, e inseridas no contexto dos usos culturais do patrimônio. Nos anos 2000, o planejamento urbano para as Olimpíadas trouxe novo olhar à região, vista como «lugar de história» e «berço do samba carioca». A avenida expressa elevada foi demolida e projetos para o centro histórico, como o Boulevard Olímpico, junto à Praça XV, reforçaram seu papel memorial. O que se imaginou no começo dos anos 1980 de renovação de usos e ocupações, como haviam indicado Aloísio Magalhães e Augusto Ivan de Freitas a propósito da Praça XV, se consolidava. E é agora, parte da história urbana desta porção da cidade do Rio de Janeiro.

Notas

- 1 Esta pesquisa contou com o financiamento de pesquisa da Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo — e a colaboração da bolsista de iniciação científica CNPq Laís Nagano, a quem agradeço.
- 2 Para o debate sobre resistência à ditadura militar, o papel da sociedade civil e o fim da ditadura ver Daniel Aarão Reis Filho, 2014.
- 3 Para o Rio de Janeiro colonial ver, por exemplo, Maurício de Abreu, 2004.
- 4 Ver: Nestor Goulart Reis Filho, 1994.
- 5 PA ou PAA (Projeto Aprovado de Alinhamento) e PAL (Projeto Aprovado de Loteamento). O primeiro define o traçado dos logradouros, separando o espaço público das parcelas privadas ou de outros bens públicos e o segundo define o projeto de parcelamento de terra realizado através de loteamento ou desmembramento ou através de remembramento.

Referências bibliográficas

- AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- ABREU, Mauricio. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 1987.
- _____. Reencontrando a antiga cidade de São Sebastião. Mapas conjecturais do Rio de Janeiro do século XVI. **Cidades**, v. 2, n. 4, pp. 189-220, 2005.
- ALCÂNTARA, Dora. Praça XV e Imediações: estudo de uma área histórica no Rio de Janeiro. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória SPHAN, n. 20, pp. 114-122, 1984.
- CANCLINI, Nestor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio — Cidade**, n. 23, Iphan, 1994.
- CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro setecentista**. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CHUVA, Márcia. O modernismo nas restaurações do SPHAN: modernidade, universalidade, brasilidade. **Revista do IEB**, São Paulo, n. 55, pp. 89-107, 2012.
- COLCHETE FILHO, Antônio. **A Praça XV — Projetos do espaço público**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2008.
- COSTA, Eduardo A. Arquivo, poder, memória: Herman Hugo Graeser e o arquivo fotográfico do IPHAN. Campinas-SP: [s.i.], 2015.
- FERREZ, G. **A Praça 15 de Novembro — Antigo Largo do Carmo**. Rio de Janeiro: Riotur – Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S. A., 1978.
- _____. **O Paço da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.
- MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, Antônio. **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000, pp. 256-287.
- MACEDO, Mirela. **Projeto Corredor Cultural**. Um projeto para a área central do Rio de Janeiro, 1979-1993. 2004. (Dissertação) Mestrado em Engenharia, Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo, São Carlos.
- MENDES, Adriana. Área central da Praça XV de **Novembro**. O papel do Estado na preservação de um sítio histórico urbano (1938-1990). 2012. (Dissertação) Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MESENTIER, Leonardo Marques de. **A Renovação Preservadora**: um estudo sobre a gênese de um modo de urbanização no Centro do Rio de Janeiro, entre 1967 e 1987. 1992. (Dissertação) Mestrado em Planejamento Urbano, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- NASCIMENTO, Flávia Brito do. Memória e políticas urbanas do Rio de Janeiro (anos 1960 e 1970). **VIRUS**, v. 15, 2017.
- _____; MELLO, Marina. **Usos culturais no Rio de Janeiro**: a implementação do Corredor Cultural e o papel do cotidiano e dos equipamentos culturais. São Paulo: 2018 (mimeo).
- _____. Formar e questionar? Os cursos de especialização em patrimônio cultural nos anos 1970. **Anais do Museu Paulista**, v. 24,

pp. 205-236, 2016^a.

_____. **Blocos de Memórias:** habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2016b.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Notas sobre o urbanismo barroco no Brasil. **Cadernos de Pesquisa do LAP**, n. 3, 1994.

PAOLI, Paula di. **Entre relíquias e casas velhas:** a arquitetura das reformas urbanas de Pereira Passos no Centro do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2013.

PESSÔA, José (Coord.). **Lucio Costa:** documentos de trabalho. Rio de Janeiro: Iphan, 1999.

Sant'anna, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade documento. A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990).** 1995. (Dissertação) Mestrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. **A cidade-atração:** a norma de preservação dos centros urbanos no Brasil dos anos 90. 2004. (Tese) Doutorado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SANTOS, Ana Lúcia Vieira dos. **A casa carioca:** estudo sobre as formas de morar no Rio de Janeiro (1750-1850). 2005. (Tese) Doutorado em História, Pós-Graduação em História Social — Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ.

SISSON, Rachel. **Espaço e poder.** Os três centros do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PCRJ, 2008.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). **O espaço da diferença.** Campinas-SP: Papirus, 2000.

Fontes primárias

ANGÉLICA, Joana. Ludwig recebe hoje o Paço da Cidade, que será reformado junto com a Praça 15. **O Globo**, 19/03/1982.

BRASIL. **PAÇO Imperial:** roteiro para visita histórica. Rio de Janeiro: Paço Imperial, 2004.

KLABIN, Israel. Entrevista concedida à autora, em 18 de janeiro de 2017.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Levantamento aerofotogramétrico de 1953. Rio de Janeiro, 1953.

_____. Planta Cadastral de 1975. Rio de Janeiro, 1975.

_____. Projeto de Alinhamento n. 2949. Rio de Janeiro.

_____. Projeto de Alinhamento n. 33.475. Rio de Janeiro.

MOTTA, Lia. Entrevista concedida à autora, em 26 de setembro de 2015.

MEIRELES, Domingos. Apelo a Geisel contra “espigões”. **O Estado de São Paulo**, 23/01/1977.

MEC/SECultura. **Praça XV e Imediações.** Rio de Janeiro: Sphan PróMemória, [s.d.].

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Praça XV — 1580/1988**, 1996.

Recebido em 30/04/2018

Aprovado em 19/06/2018